



UM OLHAR LATINO-AMERICANO SOBRE A EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Débora Borges Thomas¹

Resumo: O propósito deste artigo é refletir sobre o fenômeno da educação latino-americana na contemporaneidade em um momento de notórias turbulências conceituais, sociais, culturais, políticas e ideológicas que implicam diretamente no fazer a educação. Os diversos cenários e tendências prospectados, diagnosticados e vividos pelas pessoas têm afetado a história latino-americana, e a consciência dessa dimensão tem a ver com estratégias de crescimento e progresso social no plano educacional, de políticas educacionais de acesso e acesso de qualidade. Nesse contexto, a educação latino-americana não se limita a desenvolver capacidades científicas e técnicas, mas também tem o propósito de fortalecer o desenvolvimento sustentável em um processo de aprendizagem que prepare as pessoas para tomar decisões na sociedade, na economia, na ecologia, na equidade, além de criar condições para traçar cenários futuros, exigindo uma compreensão de como está estruturada a produção do conhecimento no mundo moderno.

Palavras-chave: educação, educação latino-americana, contemporaneidade.

Resumen: El propósito de este artículo es reflexionar sobre el fenómeno de la educación latinoamericana en la época contemporánea, en un momento de notorias turbulencias conceptuales, sociales, culturales, políticas e ideológicas que implican directamente la provisión de educación. Los diferentes escenarios y tendencias prospectadas, diagnosticadas y vividas por los pueblos han afectado la historia latinoamericana, y la conciencia de esta dimensión tiene que ver con estrategias de crecimiento y progreso social a nivel educativo, políticas de acceso a la educación y acceso de calidad. En este contexto, la educación latinoamericana no se limita a desarrollar capacidades científicas y técnicas, sino que también tiene como propósito fortalecer el desarrollo sostenible en un proceso de aprendizaje que prepare a las personas para la toma de decisiones en la sociedad, la economía, la ecología, la equidad, además de crear condiciones para delinear escenarios futuros, lo que requiere una comprensión de cómo se estructura la producción de conocimiento en el mundo moderno.

Palabras clave: educación, educación latinoamericana, época contemporánea

¹ Graduada em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e graduanda em Pedagogia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Atualmente Gestora da Universidade de Caxias do Sul (UCS- Torres) e atua na docência universitária como professora do Curso de Direito da UCS.

Revista Gepesvida

INTRODUÇÃO:

Avultam em nossos tempos os reclamos de um olhar para a educação na contemporaneidade num período de notórias turbulências conceituais, sociais, culturais, políticas e ideológicas que implicam diretamente no fazer a educação numa sociedade cujos diversos cenários e tendências são prospectados, diagnosticados e vividos pelas pessoas.

De fato, quando se está diante do desafio de pensar filosoficamente a educação, necessário se faz verificar os saldos negativo e positivo da sua construção histórica. A humanidade possui um acervo que merece ser protegido e cultivado, ou seja, possui um conjunto de ações, tendências, ideologias, decisões, experiências compartilhadas, conquistas políticas, econômicas e sociais que, por seu valor, serviram de referência para as gerações.

A consciência dessa dimensão tem a ver com estratégias de crescimento e progresso social no plano educacional, de políticas educacionais de acesso e acesso de qualidade. E essa realidade se dá pela velocidade com que o mundo vem se desenvolvendo e exigindo criatividade, inovação e reinvenção constantes.

As mudanças e as transformações são necessárias para o fortalecimento do sistema educacional e é consenso que a educação latino-americana está voltada à educação de qualidade como um direito de todos, uma vez que a educação de qualidade apoia todos os direitos humanos. Nesta perspectiva, alguns autores chegam a definir cidadania a partir da própria educação (Aquino, 1998).

Por fim, pretende-se com o presente artigo, trazer uma reflexão sobre o sistema educacional brasileiro e, no que tange à educação latino-americana, o desafio do efetivo direito ao acesso à educação de qualidade.

O DESAFIO DE PENSAR FILOSOFICAMENTE A EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA NA CONTEMPORANEIDADE

O cerne deste artigo trata de um olhar latino-americano sobre a filosofia da educação na contemporaneidade. Visto, porém, de um ângulo específico. De fato, quando se está diante do desafio de pensar filosoficamente o tema da educação, a filosofia possui

Revista Gepesvida

um importante e destacado papel, ou seja, o de exercer livremente o pensamento na medida em que desenvolve um olhar sensível e crítico às práticas cotidianas da sociedade e da educação.

Neste sentido, um elemento importante a ser considerado é a reflexão de que as práticas filosóficas não se conciliam com propostas distanciadas da educação na contemporaneidade, pelo contrário, é salutar que todo esse exercício seja feito na companhia de outros saberes capazes de colaborar com o desenvolvimento da capacidade crítica de avaliação de comportamentos e práticas contextualizadas no tempo e no espaço (Bittar, 2007).

É evidente que, ao se pensar filosoficamente a educação, verificamos o quanto, a partir da liberdade de escolha, se pode oferecer ao indivíduo e à sociedade, pela educação. E este desafio nos remonta à frase, “educar é substantivamente formar” (Freire, 1996).

Assim, se a educação é o aperfeiçoamento das faculdades intelectuais é certo afirmar que a educação latino-americano e o pensamento pedagógico moderno foram estruturados em um contexto de transformações sob as mais diferentes dimensões da vida social, exigindo uma compreensão de como está estruturada a produção do conhecimento no mundo moderno.

Se durante os séculos XVI, XVII e XVIII as sociedades começariam os processos de mudanças culturais, científicas, socioeconômicas e políticas significativas, na atualidade somente sobreviverão projetos educacionais focados em competências técnicas, científicas, de humanização e transversais. Este conjunto mínimo de competências é o dispositivo que o ser humano desenvolve ao longo da vida e o torna capaz de realizar o bem, com criatividade e inovação, independente do seu grau de complexidade (Silva,2017).

Em outras palavras, significa dizer que mais do que reserva de conhecimento intelectual, e o estudo das ciências humanas já evidenciavam isso, os pilares da sociedade estão no desenvolvimento do ser pessoa, na integração do pensar, do sentir e do fazer a educação, na medida em que o mundo líquido, proclamado por Zygmunt Bauman, é vivido por todos nós.

Dessa forma é que educar significa crescer. O conhecimento que se expande se reverte em maiores chances de nova criações e novos encontros de ideias, das quais se

Revista Gepesvida

engendram ainda novas alternativas de ser e de se comportar (Bittar, 2008).

Nesse entendimento, se a educação visa capacitar as potencialidades humanas, significa dar às pessoas as condições para pensar, criticar, ensinar, aprender, trabalhar, comportar-se, avaliar. A carência desta formação significa, o revés, a falta de capacitação para pensar, criticar, ensinar, aprender, trabalhar, comportar-se, avaliar (Bittar, 2008).

Em um recente levantamento que avaliou a situação da educação em 150 países, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, divulgou um relatório em que o Brasil é o 8º colocado entre países com maior número de analfabetos adultos. Já o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA (*Program-me for International Student Assessment*), que elabora uma avaliação comparada em estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da educação básica obrigatória em diversos países, o Brasil aparece na 58ª posição do ranking, entre 65 países avaliados (Silva, 2017).

É neste sentido que deve-se desde já concluir que a educação é um problema de Estado e tem que ver com estratégias de crescimento e progresso social, ou seja, o problema da educação deve ser uma questão central de toda política pública (Bittar, 1999).

Ainda, segundo o autor, governos passivos no plano educacional são governos que apostam na miséria intelectual, na manipulação das massas, na sujeição do povo aos desmandos e às inconstitucionalidades. De outro modo, o bom governo se mede pela sua preocupação com as políticas sociais, entre os quais se incluem as políticas educacionais de acesso e de qualidade.

No Brasil, a consciência dessa dimensão, no plano federal, pode ser vista pela Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional (Lei n. 9.394 de 1996), artigo 35, que dispõe que o Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

Revista Gepesvida

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Percebe-se, quando se fala em uma sociedade emancipada pela educação, que não se quer falar em um mero conjunto de direitos e deveres legais ou constitucionais, mas em uma sociedade ativa e participativa, interativa e crítica, consciente e dinâmica (Aquino, 1998), ou seja, uma educação voltada para a cidadania.

Neste sentido, pode-se afirmar que educação para a cidadania é, sobretudo, uma conquista de uma sociedade que ao longo do tempo, tem experimentado profundas transformações políticas, sociais e econômicas. Mais ainda, pode-se afirmar que a educação não se limita a desenvolver capacidades científicas e técnicas, mas também tem o propósito de fortalecer o desenvolvimento sustentável em um processo de aprendizagem que prepare as pessoas para tomar decisões na sociedade, na economia, na ecologia, na equidade, em todas as comunidades, além de criar condições para traçar cenários futuros. Em síntese, a educação de qualidade é significativa no presente e prepara as pessoas para o futuro, construindo conhecimento, habilidades, competências, atitudes e valores (Silva, 2017).

Propugnar por um sistema de forte educação é propugnar pelo futuro da democracia (Bobbio, 1986). Essa preocupação é destacada pela Constituição Federal de 1988, que dispõe em seu artigo 208, *in verbis*:

Art. 208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito subjetivo;

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Porém, o oferecimento do ensino obrigatório e gratuito não resultou no oferecimento de um ensino de qualidade e os índices preocupantes do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) fez com que o governo federal apresentasse uma Medida Provisória, que mais tarde se tornou a Lei n.º 13.415 de 2017, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Esse resgate histórico é importante porque repercutiu diretamente no acesso às universidades, que no Brasil se dá pelo Vestibular e pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Isso se deve ao fato de que, ainda que o Novo Ensino Médio garanta um currículo que oportunize mais conhecimento de oportunidades e do mundo do trabalho,

Revista Gepesvida

não há garantia de acesso ao ensino superior com condições igualitárias para todos e todas.

Em relação ao ensino superior brasileiro há de se destacar que os reclamos da sociedade têm produzido ecos também dentro dos muros universitários, repercutindo numa onda de modificações que se fizeram sentir no seu posicionamento focado no ensino de qualidade, em currículos mais flexíveis e personalizados, novas experiências que vão além das aulas tradicionais, e na internacionalização, por exemplo.

De igual forma, a qualidade da educação superior tem sido amplamente discutida, sobretudo a partir da criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que instituiu um sistema de avaliação institucional global e integrador condizente a todas as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, sejam públicas ou privadas (Silva, 2017).

Assim, é através desta avaliação que é possível produzir índices para a mensuração da qualidade das IES, tendo em vista que este sistema de avaliação tem se apresentado como uma ferramenta estratégica e com o propósito de inserir as instituições num contexto de inteligência competitiva, construindo o “autoconhecimento institucional” (Frauches, 2010).

É inegável que o SINAES trouxe uma inovação significativa para o cenário educacional brasileiro, pois permite que as instituições de ensino superior usufruam da possibilidade de desenvolver, aplicar, acompanhar e avaliar seus projetos institucionais, assim como a modificação permanente da metodologia de ensino, da modificação permanente das grades curriculares com as quais se estruturam os cursos e o aperfeiçoamento contínuo do seu quadro docente.

A avaliação da educação superior no Brasil é marcada na sua história pelo continuísmo de políticas públicas alinhadas com a regulação, tanto nas instituições públicas como nas privadas, alguns modelos institucionais nem sempre observaram as políticas públicas, ainda que ao se fazer uma retrospectiva da avaliação institucional no Brasil, vemos que ela é marcada pelas inferências governamentais que propõem o acompanhamento sistemático do desempenho institucional (Ristoff, 2011).

Em que pese haver muitos estudos que visam abordar a trajetória da filosofia da educação no Brasil desde os anos 1980, o presente artigo procura contribuir com olhar reflexivo sobre as tendências e desafios a serem observados de forma a apoiar os

Revista Gepesvida

movimentos de inovação e mudança no campo do ensino, da pesquisa e do pensamento.

Não há dúvida, no contexto atual, que a educação na América Latina está ficando atrás de outras regiões do mundo em relação aos anos de escola e a escolaridade. Em 2021, a América Latina estava, em média, 2,5 anos de escolaridade atrás da média da OECD, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, (IDB, 2021).

A criação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em 2007, representa um marco importante, já que veio contribuir sobremaneira para a melhoria dos processos educativos no Brasil, em consonância com o que dispõe o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007), numa conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação.

Neste contexto, é importante destacar que a qualidade da educação é inestimável no cenário brasileiro e na América Latina, como um todo.

Há uma tendência, além dos aspectos legais, o desenvolvimento das pessoas, a sustentabilidade, a inclusão, as novas tecnologias, que interferirão em maior ou menor grau para a confirmação ou modificação do caleidoscópio educacional vivido hoje e aqui demonstrado (Silva, 2017).

Isso significa dizer que o tópico do desenvolvimento humano trata-se de um dos grandes pilares da educação tanto no nível básico quanto no superior, seja no contexto latino-americano ou no mundial.

Sob este ângulo, especificamente no estreitamento das relações culturais, científicas e educacionais entre instituições e pessoas dos países latino-americanos, cujas as relações têm sido marcada pelo distanciamento e desconhecimento recíprocos e pela ausência de um intercâmbio de ideias e de propostas comuns, temos uma necessidade e um desafio a serem superados. Necessidade, porque uma interação cultural entre todos os povos do continente latino-americano é condição imprescindível para a consolidação da unidade continental, o que, por sua vez, é base para sua sobrevivência com soberania. Desafio, porque são incontáveis os obstáculos que se agigantam dificultando, quando não inviabilizando, as iniciativas de aproximação e de agregação (Severino, 2019),

Formar pessoas é missão das instituições de ensino e este é um desafio que se impõe nos últimos anos em todos os níveis de ensino. Diz-se que a eficiência técnica segue regras técnicas, ou seja, são criadas para algum resultado. Desse modo, a educação

Revista Gepesvida

de qualidade é significativa no presente e prepara as pessoas para o futuro, construindo conhecimentos, habilidades, competências, atitudes e valores.

Há estudos que indicam que as tendências mundiais de educação acenam para uma educação mais democrática e dinâmica, com práticas diferenciadas e metodologias inovadoras para desenvolver as habilidades do aluno do futuro.

Nesse contexto, podemos citar um modelo europeu, em relação ao Ensino Superior, criado em 1999, e denominado de Declaração de Bolonha, que tem como objetivos, entre outros:

- * criar um sistema de graus acadêmicos facilmente reconhecíveis e comparáveis;
- * promover a mobilidade dos estudantes, professores e pesquisadores;
- * assegurar a elevada qualidade da aprendizagem e da docência;
- * foco na aprendizagem ao longo da vida, abertura internacional e a garantia da qualidade. (SILVA, 2017).

Ainda, de acordo com o autor, como o processo não é imposto aos governos nacionais nem às universidades, torna-se um compromisso voluntário e intergovernamental de cada país signatário no sentido de reformar o seu próprio sistema de ensino.

Assim, os países que fazem parte da Convenção Cultural Europeia podem tornar-se membros, desde que declarem a sua intenção de aplicar os princípios do Processo de Bolonha no respectivo sistema de ensino superior. Devem ainda fornecer informações sobre a forma como colocarão esses princípios e intenções em prática (Silva, 2017).

Os exemplos citados acima são de uma base educacional exemplar reconhecida mundialmente e têm como alicerce uma maior valorização das diferentes formas de promover a educação e deve servir de reflexão para os países da América Latina na medida em que sustentam uma nova concepção de ensino em todos os seus níveis.

Nessa perspectiva, vale lembrar que não existe um processo de educação neutro. Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a 'prática da liberdade', o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo (Freire, 1974).

Por fim, vale relembrar os quatro pilares da educação elaborados por Jacques Delors, em 1999: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender

Revista Gepesvida

a ser, cuja complexidade traz um melhor entendimento, assim como, a capacidade de garantir maior assertividade na resolução dos desafios atuais e futuros da educação latino-americana na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente artigo objetivou traçar uma reflexão acerca da educação latino-americana na contemporaneidade, em virtude da complexidade e pela especial atenção que alcançou a partir da metade do séc. XXI.

Inicialmente, é importante destacar que a sociedade tem experimentado profundas transformações e o acesso à educação e o acesso à educação de qualidade requer eficiência e eficácia, criatividade, inovação e reinvenção constantes.

De igual forma, mais do que conhecimento intelectual, a educação na contemporaneidade reconhece o desenvolvimento do ser pessoa e a integração do pensar e do fazer. Em outras palavras, educação de qualidade é aquela que ajuda a construir uma sociedade plural, justa e democrática.

Falar em educação de qualidade é considerar que ao longo dos tempos a qualidade na educação tem se adaptado às realidades de um mundo que está experimentando profundas transformações. O conhecimento se expande e o processo educativo oferece alternativas intelectuais inovadoras e tem a ver com crescimento e progresso social.

Uma sociedade se desenvolve quando há incentivos educacionais concretos e palpáveis. De outro modo, a miséria intelectual se mostra quando não há políticas sociais e, entre as quais, as políticas educacionais de acesso e de qualidade.

Por fim, com acento reflexivo, o presente artigo procurou tratar a temática da educação de qualidade e seus princípios basilares no sentido de demonstrar um dos maiores desafios da educação latino-americana na contemporaneidade: propugnar um sistema de forte educação, assim como, fortalecer o sistema educacional com vistas a ser significativo no presente e em condições de preparar as pessoas para o futuro de maneira eficaz, bem-sucedida e voltada para a sustentabilidade.

Revista Gepesvida

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Ana Maria Galvão de Barros; ALMEIDA JUNIOR, Fernando Frederico de. **Jacques Delors e os Pilares da Educação**. Revista Científica Multidisciplinar. Ano 03, Ed. 03, Vol. 02, pp. 12-25, Março de 2018.

AQUINO, Julio Groppa (Org.) **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

BITTAR, Eduardo C. B. **A Justiça de Aristóteles**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 1999.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

RISTOFF, P. José; ANDRADE, Adriana. **Tendências e Desafios da Educação Brasileira**. Santa Catarina: Insular, 2011.

SILVA, Renato. **Ensino Superior Privado**. Porto Alegre: Evangraf, 2017.